

Newsletter Especial | 25^o Aniversário CES

O Conselho Económico e Social (CES) completa no corrente ano 25 anos de existência.

Trata-se de uma data importante que assinala a criação de um órgão previsto na Constituição com uma ação muito relevante na área económica e social. Para a sua comemoração o CES organizou uma cerimónia simbólica, a realizar no dia 12 de outubro, que pretende sublinhar a importância desta instituição pública na sociedade portuguesa, nas relações laborais, nas políticas públicas, nas relações de emprego, solidariedade e segurança social.

Ainda no âmbito destas comemorações foi decidida a edição de uma newsletter especial do CES que conta com os depoimentos dos Presidentes do CES e dos membros do atual Conselho Coordenador.

Lei Constitucional n.º1/89, de 8 de julho (segunda revisão constitucional)

(...)

Artigo 95.º

(Conselho Económico e Social)

1. O Conselho Económico e Social é o órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social, participa na elaboração das propostas das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social e exerce as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.

2. A lei define a composição do Conselho Económico e Social, do qual farão parte, designadamente, representantes do Governo, das organizações representativas dos trabalhadores, das actividades económicas e das famílias, das regiões autónomas e das autarquias locais.

3. A lei define ainda a organização e o funcionamento do Conselho Económico e Social, bem como o estatuto dos seus membros.

(...)

Tal como previsto no nº 2 do artigo supra transcrito viria o Conselho Económico e Social a ser regulado pela Lei nº 108/91, de 17 de agosto.



O CES – Conselho Económico e Social resultou da Revisão Constitucional de 1989 e de acordo com as leis que o instituíram, é um órgão de consulta e de concertação nos domínios económico e social.

Ao longo dos 25 anos, que agora comemora, o CES tem desempenhado um papel relevante, de importância fundamental para a sociedade portuguesa que se tem traduzido na análise, discussão e emissão de propostas e pareceres sobre questões económicas e sociais essenciais para o desenvolvimento do país envolvendo as entidades que o constituem e que nele estão representadas: Governo, Confederações Patronais, Confederações Sindicais e um conjunto numeroso de organizações representativas da Sociedade Civil.

Apesar desta abrangência e do papel essencial que o CES representa para o país, a opinião pública tem dele um conhecimento muito incompleto, confundindo-o frequentemente, com outro órgão – a Comissão Permanente da Concertação Social – cuja constituição é estritamente tripartida: Governo e Confederações Patronais e Sindicais e onde de forma autónoma se tem procurado realizar o objetivo primordial do diálogo social.

O CES como entidade onde se encontram representados todos os atores e decisores na área económica e social – incluindo aqueles que constituem a Concertação Social – pode desempenhar um papel ainda mais relevante na sociedade portuguesa.

A sua natureza abrangente e representativa da pluralidade dos interesses e instituições nos domínios económico e social – que poderemos denominar de “sociedade civil” – pode conferir-lhe uma capacidade de lançamento de iniciativas e de um papel de espaço, de discussão e reflexão sobre os problemas mais importantes da sociedade portuguesa.

Este papel de algum modo está já contemplado nas competências que hoje estão atribuídas ao CES quando, para além da produção de pareceres obrigatórios e facultativos solicitados pelo Governo e pela Assembleia da República, as leis que o instituíram lhe conferem também um direito de iniciativa que se tem limitado, porém, à produção de estudos e pareceres de iniciativa própria.

O desempenho deste papel ativo na sociedade portuguesa, de lançamento de iniciativas na opinião pública, de reflexão e discussão das questões económicas e sociais, com o envolvimento da “sociedade civil” nessa discussão e da procura de consensos, poderá ser um contributo ainda mais relevante do CES para a solução dos problemas com os quais o país se confronta.



Luis Filipe Pereira
Presidente do CES

A origem do Conselho Económico e Social ocorreu com a revisão constitucional de 1989 e foi completada com as Leis 43/91 e 108/91. Em todos estes documentos tive participação ativa dadas as minhas funções no governo. O Decreto-Lei 90/92, que marca o início da atividade do CES, foi preparado no Ministério pelo qual era responsável e apresentada por mim em Conselho de Ministros. Tive também a honra de propôr ao Primeiro-Ministro o nome do saudoso Dr. Nascimento Rodrigues para primeiro Presidente do CES. Em 2009 e 2011 fui eleito por duas vezes pela Assembleia de República Presidente do CES, função que exerci até meados de 2015.

Não surpreenderá pois que, perante estes factos, exista da minha parte uma ligação a esta instituição que transcende a atividade profissional e que contem uma componente de natureza afetiva por parte de quem ajudou a nascer e, mais tarde, a contribuir para a sua consolidação.

Nestes 25 anos o Conselho Económico e Social foi palco de importantes acordos de Concertação Social e produziu importantes análises e recomendações sobre os documentos mais importantes de política económica, designadamente os Orçamentos de Estado. Recomendo vivamente a leitura desses Pareceres que chamaram incessantemente a atenção para os caminhos que as políticas económicas estavam a levar o País nos finais do século passado e princípios deste século para situações muito graves, de que ainda hoje sofremos as consequências. Tivesse o CES sido ouvido nessas ocasiões e o País hoje seria muito diferente e para melhor. O conteúdo dos diferentes Pareceres aprovados pelo Plenário do CES e, sempre por ampla maioria, são a prova da grande utilidade da instituição porque emanando dos diversos interesses representados na sociedade são também o resultado de um compromisso entre todos esses interesses que têm conseguido através de processos negociais sérios entenderem-se no que consideram ser mais decisivo para o futuro do País.



Os riscos associados à incerteza que domina o tempo presente são um fator que justifica que, ainda com mais força, se levem a cabo exercícios que conduzam à mobilização dos Parceiros Sociais e das diferentes forças políticas e sociais em torno de compromissos sobre os aspetos mais decisivos para o desenvolvimento sustentado e equilibrado do País. Gostaria de deixar registada uma palavra de saudação aos Parceiros Sociais e a todas as Organizações com assento no CES que sempre evidenciaram nestes 25 anos uma postura de enorme disponibilidade e interesse e mostraram de forma indelével a potencial utilidade da instituição em torno do bem comum. Finalmente, a todos os funcionários do CES é devida uma palavra de homenagem pelo sentido de serviço público e brio profissional sempre demonstrado.



José Silva Peneda
Presidente do CES, 2009-2015

A sociedade em que hoje vivemos e os desafios com que Portugal e o Mundo se confrontam exigem, cada vez mais, que os cidadãos se envolvam (e estes também o exigem) na construção do seu futuro, reforçando o modelo tradicional, de cariz mais representativo, no sentido de nos aproximarmos de uma verdadeira democracia participativa.

A concretização de uma verdadeira visão estratégica para as políticas fundamentais do País impõe que se ultrapasse uma lógica centrada na discussão entre os actores políticos, muitas vezes condicionados por constrangimentos eleitorais, e que assente igualmente na existência de plataformas em que um maior número de interesses possa ser auscultado, de forma a garantir uma maior identificação entre sociedade e políticas.

Foi já com base nesta premissa que a UGT esteve na primeira linha da criação, em 1991, do Conselho Económico e Social e da sua dignificação enquanto órgão constitucional, como tinha estado já na criação, 7 anos antes, do Conselho Permanente de Concertação Social.

Muito se avançou desde então, sendo que, estando ainda Portugal longe de ter um nível de participação similar ao de muitos dos nossos congéneres europeus, o progressivo aumento dos interesses sociais que vêm ganhando expressão na nossa sociedade coloca já pressões e desafios importantes sobre este órgão, o que obrigará, sob pena de desvirtuar o seu papel, a um especial cuidado no que concerne à necessidade de continuar a assegurar um real equilíbrio de interesses no seu seio.

Mas o Conselho Económico e Social deve ainda ser lembrado por ser a casa da mais importante sede do diálogo social em Portugal, a Comissão Permanente de Concertação Social, sendo de louvar a forma como o Conselho, não sendo esse o seu papel primordial, sempre garantiu que fosse respeitada a plena autonomia da concertação social, criando condições para o reforço do diálogo e da construção de compromissos entre o Governo e os Parceiros Sociais. E porque as instituições são também as pessoas, deve a UGT sublinhar aqui o papel que o Conselho Económico e Social, personalizado nos seus Presidentes, teve no estreitamento e na articulação entre os órgãos que convivem no seu espaço e no respeito inelutável pelo papel próprio e pelas especificidades de cada um.

No momento em que comemora 25 anos, facto pelo qual todos nos devemos congratular, é incontornável a afirmação clara de que o Conselho Económico e Social tem sabido cumprir as expectativas e as esperanças nele depositadas quando da sua criação, no quadro de uma ainda jovem democracia.

A UGT estará empenhada, nos próximos 25 anos como nos 25 anos anteriores, enquanto Confederação Sindical que tem o diálogo social como valor fundamental da sua matriz fundadora, na defesa daquele que se constitui hoje como o mais fundamental espaço de diálogo e consulta da sociedade civil.



Carlos Silva
Vice Presidente do CES
Secretário-Geral da UGT



Celebrar os 25 Anos do Conselho Económico e Social é celebrar 25 anos de diálogo entre os parceiros sociais, quer em sentido restrito, quer em sentido amplo. E celebrar 25 anos deste tipo de diálogo corresponde a celebrar a democracia.

Com efeito, a pouco e pouco, mas sempre seguramente, o CES foi conquistando na sociedade portuguesa um respeito e um reconhecimento ímpar; primeiro, entre os que representaram ou representam as instituições que nele participam e, depois, progressivamente, junto dos media e da sociedade. Como representante do Setor Social no Conselho Coordenador, considero um privilégio a oportunidade de participar numa instituição com este percurso e importância.

Num momento em que Portugal ainda se debate com uma crise sem precedentes neste modelo económico, o CES é, seguramente, para além do mais, o espaço de afirmação do Setor Social e da Economia Social que todos reconhecem ser decisivo na construção de um Portugal mais coeso, mais inclusivo e, logo, mais justo e mais feliz.



Manuel de Lemos
Vice Presidente do CES
Presidente do Secretariado Nacional da UMP

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) teve oportunidade, como parceiro social (membro do Conselho Permanente de Concertação Social, criado em 1984) e do então Conselho Nacional do Plano, de acompanhar a evolução do CES ao longo destes 25 anos de existência, participando nas suas múltiplas actividades e iniciativas.

O principal mérito do Conselho Económico e Social foi sem dúvida a capacidade que foi demonstrando para responder com propostas concretas, comentários, iniciativas, aos principais desafios que se foram colocando ao País. Esta capacidade de gerar consenso em torno das principais questões económicas e sociais foi resultado, sem descurar obviamente o empenhamento que os vários Presidentes sempre

demonstraram na condução deste órgão, de um esforço colectivo dos seus membros para contribuir de uma forma construtiva para o progresso do país. Os Conselhos Económicos e Sociais nos vários países europeus são, como temos vindo a verificar, muito distintos na sua composição e modo de funcionamento, sendo difícil comparar modelos. No entanto, não temos dúvidas de que a heterogeneidade da composição do CES e o seu modo de funcionamento são um garante do rigor e da riqueza do trabalho que o Conselho tem vindo a desenvolver. Não significa isto que decorrido um quarto de século, não seja também necessária uma reflexão sobre o posicionamento do Conselho para o futuro.

E o primeiro aspecto a destacar é a necessidade de garantir que o CES dispõe dos meios necessários à realização dos seus objectivos, que vão muito para além da simples resposta às obrigações previstas constitucionalmente, ou à elaboração dos pareceres que o Governo entende submeter ao Conselho. Este último ponto leva-nos a uma outra questão também determinante. O CES pela importância que hoje tem na sociedade portuguesa não pode, nem deve, ficar dependente de impulsos de um qualquer Governo para se poder pronunciar sobre instrumentos que são determinantes para a definição das políticas económicas e sociais, nomeadamente, aqueles que decorrem das obrigações de Portugal enquanto membro da União Europeia. É fundamental garantir que o CES desenvolve o papel que a Constituição lhe atribui de uma forma sistemática e coerente, justificando-se assim que os Governos olhem para a Constituição à luz do que são hoje os compromissos do País.

Finalmente, uma palavra para a Concertação Social, no quadro do CES. Ao contrário do que acontece em outros países europeus o diálogo social em Portugal é tripartido envolvendo Governo, Confederações de Empregadores e Sindicatos, o que nos parece a melhor opção. Não significa isto que o processo de concertação social em Portugal seja perfeito. Pelo contrário, a concertação social tem tido altos e baixos e o seu desenvolvimento tem estado, inevitavelmente, condicionado pelo impulso que, em cada momento, o Governo, seja ele qual for, entenda dar. E como tal, não raras vezes, assistimos a significativas paragens nos processos de concertação, contrariando um princípio a nosso ver fundamental de que o diálogo social se tem que desenvolver de forma permanente antecipando problemas e soluções.

Temos que ter a capacidade de ir construindo o futuro sem esquecer os problemas do momento e o CES tem



na sua génese e estrutura um papel determinante nesta matéria.



João Vieira Lopes
Vice-Presidente do CES
Presidente da CCP

25 anos de Conselho Económico e Social-CES, é já uma longa experiência, que tive a oportunidade de acompanhar desde 1998.

Ao longo destes anos o CES foi um espaço de diálogo entre variadíssimos segmentos e interesses da sociedade portuguesa no qual, de uma maneira geral, os vários elementos se habituaram (ou aprenderam?) a discutir diferenças e divergências em posturas não confrontacionais e souberam acomodar interesses e posicionamentos muitas vezes bastante diferenciados. Atestam-no o resultado das votações, quase sempre obtidas por larga maioria, quando não unanimidade.

Produziram-se múltiplos pareceres, designadamente sobre temas sociais e económicos, frequentemente com análises aprofundadas e propostas concretas, tendo-se antecipado muitos dos problemas com que Portugal viria a defrontar-se já no decorrer do presente século. Foi pena não terem a Assembleia da República e o Governo dado maior atenção a muitas dessas análises e propostas. Muitos problemas teriam sido evitados.

Dada a ampla “caixa de ressonância” que o CES constitui, poderia ter sido mais e melhor utilizado tanto pelo Governo como pela Assembleia. Contudo, parece-me, tem sido seguida uma via minimalista, no sentido de, com frequência, apenas se ter solicitado ao CES os pareceres constitucionalmente obrigatórios. E, ainda e com frequência, em tempo tão curto que inviabiliza a realização de trabalho aprofundado e, em múltiplos casos, a consulta que diferentes membros gostariam de fazer aos interesses que representam. Infelizmente as deficiências constatadas não têm vindo a melhorar e não se reportam em particular a este ou aquele governo.

Tem-se como desprestigiante, para diferentes actores, o que se tem vindo a passar com a designação do presidente do CES, após as últimas eleições. Julgo que o País e o CES só têm a perder com desenvolvimentos como o presente.

Uma última observação que de algum modo decorre de muita da actividade em que o Conselho tem vindo a intervir - que se relaciona com a problemática de previsão, orçamentação e planeamento, relativamente à qual e por imperativo constitucional o CES é chamado a dar parecer - não podendo deixar de anotar uma particularidade da qual discordo totalmente: antes do 25 de Abril Portugal dispunha de uma belíssima máquina de planeamento, não só de uma Direcção Geral de Planeamento, como de unidades de planeamento sectoriais, por onde passaram técnicos de elevada craveira. A seguir ao 25 de Abril metemos o planeamento na Constituição e destruímos virtualmente toda a (excelente) máquina que tínhamos, o que possibilitaria algumas asneiras (monumentais) que o País está pagando muito caro.



José de Almeida Serra
Vice-Presidente do CES

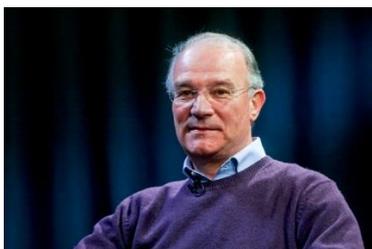
O Conselho Económico Social (CES) tem desenvolvido, ao longo dos últimos 25 anos, um trabalho com crescente reconhecimento social no âmbito do seu papel consultivo e da assertividade de muitos dos pareceres que elaborou, quer sejam solicitados pelos diferentes órgãos de soberania, quer sejam da sua iniciativa.

O objectivo do CES, de promoção do diálogo social, será tanto mais eficaz, quanto mais valorizados estejam as outras dimensões da negociação, nomeadamente, aquela que se prende com a contratação colectiva. A contratação colectiva, instrumento central do diálogo social e pilar insubstituível do nosso regime democrático, confirmou-se ao longo das décadas como um elemento da elevação das condições de trabalho e de vida dos assalariados e suas famílias, constituindo-se ainda como um importante motor do desenvolvimento.

Numa altura em que, fruto da política imposta pelos últimos governos, se atacou como nunca a negociação



colectiva, se reduziram direitos e rendimentos e se disseminou a precariedade, importa agora reforçar o diálogo social, removendo as normas introduzidas na legislação laboral que acentuaram as desigualdades e o empobrecimento dos trabalhadores e visaram a desvirtuação e destruição da contratação colectiva. A CGTP-IN, nestes 25 anos do CES que saúda, continuará a pautar a sua intervenção pela apresentação de propostas e soluções que vão ao encontro das necessidades e dos interesses dos trabalhadores e do país, não enfeitando para tal todos os espaços, ainda que com diferentes competências, para assegurar uma maior justiça social e o desenvolvimento de Portugal.



Arménio Carlos
Presidente da CDROT
Secretário-Geral da CGTP-IN

O 25º aniversário do Conselho Económico e Social (CES), que agora se assinala, acontece numa altura em que se pode observar na sociedade portuguesa uma crise de identidade relativamente às instituições europeias, que é aliás extensível a outros países europeus.

Cabe-nos, neste particular contexto sociopolítico, prestar uma atenção especial a quaisquer sinais da sociedade civil portuguesa que possam indicar um contágio desta reserva ou até desconfiança por parte dos cidadãos e das empresas, relativamente às instituições nacionais, as quais asseguram a nossa coesão social e a sustentabilidade do regime político.

O CES tem sido ao longo dos últimos 25 anos uma peça fundamental do sistema sociopolítico português, assim como uma referência fulcral para a evolução económica do país e para a articulação das intenções políticas com as realidades económicas.

A CAP orgulha-se de ter contribuído em todo este período para que o espírito de cooperação e diálogo entre governos, parceiros sociais e restantes representantes da sociedade civil portuguesa, tenha de facto constituído a base de sustentação para que tenhamos hoje uma democracia madura, consolidada, fundamentada em instituições consagradas e reconhecidas pela população em geral, como é o caso do Conselho Económico e Social.

A agricultura portuguesa atravessa, na altura precisa em que o CES comemora os seus 25 anos, uma fase de reconhecimento da sua importância por parte da opinião pública portuguesa. Todavia, nem sempre foi assim e ainda há não muitos anos os agricultores portugueses foram colocados à margem das prioridades políticas e económicas do país, num processo que para o setor comprova a importância de manter agregada e coesa a sociedade portuguesa e os setores económicos que a sustentam.

Desta forma, a CAP pode comprovar não apenas numa perspetiva institucional como também de uma forma direta nas suas bases, que o papel desempenhado por instituições da natureza do CES, ainda que por vezes de forma discreta em relação ao paradigma mediático no qual se sustenta a atividade política na atualidade, são verdadeiramente fundamentais para que aspetos essenciais da nossa vida coletiva se mantenham de forma socialmente sustentada.

A CAP partilha, portanto, a satisfação de todos os que ao longo de 25 anos contribuíram para a solidez do CES, e mantém o seu compromisso de tudo fazer para que as próximas décadas sejam marcadas pela manutenção de uma democracia robusta, madura e capaz de resistir a qualquer fragilidade ou falta de confiança – fator base de desenvolvimento de relações económicas – que do exterior ou do interior possa colocar em causa um sistema de coesão social de que nos orgulhamos.



João Cyrillo Machado
Presidente da CEPES
Presidente da CAP

Siga-nos em  e em <http://www.ces.pt/>

